



Desenvolvimento Económico e Mudança Social

Portugal nos últimos dois séculos

Homenagem
a Miriam Halpern Pereira

José Vicente Serrão
Magda de Avelar Pinheiro
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira
(organizadores)

ICS

Este livro nasce de um desafio lançado à comunidade académica portuguesa à qual se associaram alguns historiadores estrangeiros: visitar a obra de Miriam Halpern Pereira e desenvolver, discutir, rebater ou simplesmente inspirar-se em alguns dos tópicos por ela alguma vez abordados. O resultado é um impressionante fresco, diverso na especificidade dos temas tratados e nas perspectivas desenvolvidas, mas que, no seu conjunto, relança a discussão sobre os processos de desenvolvimento económico e de mudança social em Portugal. O fio condutor é o de uma reflexão sobre os rumos seguidos pela economia e pela sociedade portuguesas, nos seus sucessos e nos seus fracassos, ao longo dos últimos dois séculos. E, nisso, cruza-se entretanto com o seu outro grande propósito, o de ser um livro de homenagem a Miriam Halpern Pereira, na medida em que parte das problemáticas também atravessam a sua obra. Trata-se portanto de um livro de homenagem. Homenagem e tributo a uma historiadora que, pela obra publicada, pelo magistério universitário, pela orientação de teses e por variadas outras iniciativas, se tornou uma figura de referência maior da historiografia portuguesa das últimas décadas.

Capa: João Vaz, *Praia* (col. Anastácio Gonçalves)



ICS Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ul.pt/imprensa

ISBN 978-972-671-237-4



9 789726 712374

Desenvolvimento Económico e Mudança Social

Portugal nos últimos dois séculos

Homenagem
a Miriam Halpern Pereira

José Vicente Serrão
Magda de Avelar Pinheiro
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira
(organizadores)



Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa- Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
Desenvolvimento económico e mudança social : Portugal
nos últimos dois séculos : homenagem a Miriam
Halpern Pereira / organizadores José Vicente Ferrão,
Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. –
Lisboa : ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2009
ISBN 978-972-671-237-4
CDU 316.3



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Tipografia Guerra – Viseu
Depósito legal: 289577/09
1.ª edição: Abril de 2009

Índice

Os autores	17
Apresentação	27
<i>José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira,</i>	
Parte I	
Economia e políticas económicas	
Capítulo 1	
História e crítica da tese da dependência	37
<i>Pedro Lains</i>	
Capítulo 2	
O livre-câmbio e o fontismo revisitados através dos debates parlamentares	49
<i>David Justino</i>	
Capítulo 3	
Acerca da crise financeira de 1876: das remessas do Brasil acumuladas no Porto ao protagonismo do Banco de Portugal ..	69
<i>António Alves Caetano</i>	
Capítulo 4	
A bancarrota de 1892 e as repercussões no fim do regime	89
<i>Guilherme d'Oliveira Martins</i>	
Capítulo 5	
O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825)	99
<i>Fernando de Sousa</i>	

Capítulo 6	
Crises e renovação da viticultura duriense na segunda metade do século XIX	115
<i>Gaspar Martins Pereira</i>	
Capítulo 7	
Gado de trabalho, gado de transporte: uma herança duradoura ...	133
<i>Maria Carlos Radich</i>	
Capítulo 8	
A reforma agrária liberal em Espanha: algumas comparações com Portugal	155
<i>Ramón Villares</i>	
Capítulo 9	
Entre o laboratório, a indústria e a intervenção política e administrativa. O químico José Júlio Rodrigues na sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX	173
<i>Ana Cardoso de Matos</i>	
Capítulo 10	
O papel de jornal e a imprensa em Portugal. Notas sobre uma relação difícil	191
<i>Jorge Fernandes Alves</i>	
Capítulo 11	
A dívida na grande empresa capitalista: transformação e reactualização	207
<i>Giulio Sapelli</i>	
Parte II	
Crescimento urbano e dinâmicas sociais	
Capítulo 12	
Sobre a alimentação urbana no início do século XIX: tabernas e casas de pasto lisboetas	227
<i>Mária Alexandre Lousada</i>	

Capítulo 13	
Economia moral e abastecimento: a intervenção pública no mercado de carne em Lisboa (1850-1900)	249
<i>Maria Manuela Rocha</i>	
Capítulo 14	
Migração, estatura e consumo: o nível de vida em Lisboa, 1890-1910	263
<i>Jaime Reis</i>	
Capítulo 15	
Crimes de furto em Lisboa no final de Oitocentos	281
<i>Maria João Vaz</i>	
Capítulo 16	
Realismo e Justiça. Um estudo sobre o discurso e a acção dos manipuladores de tabacos de Lisboa	297
<i>Rui Manuel Brás</i>	
Capítulo 17	
Autoritarismo e modernização de Lisboa. A cidade de Lisboa na transição dos anos 1930-1940	313
<i>Vítor Matias Ferreira</i>	
Capítulo 18	
O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918)	333
<i>Anne Cova</i>	
Capítulo 19	
A mobilidade social intergeracional em Portugal, 1911-1957	349
<i>Hélder Adegar Fonseca e Paulo Eduardo Guimarães</i>	

Parte III Emigração e movimentos migratórios

Capítulo 20 Padrões de mobilidade interna em Portugal na segunda metade do século XIX	375
<i>Álvaro Ferreira da Silva</i>	
Capítulo 21 Emigração e contexto.	393
<i>Robert Rowland</i>	
Capítulo 22 Migração transatlântica: uma síntese histórica	405
<i>Maria Ioannis Baganha</i>	
Capítulo 23 A emigração dos açorianos para o Brasil no século XIX	423
<i>Fátima Sequeira Dias</i>	
Capítulo 24 «Maria... e se eu voltar rico?»	435
<i>Nuno Pinheiro</i>	

Parte IV Mudança política e institucional

Capítulo 25 Alcance e limites do reformismo em Portugal (meados do século XVIII a 1810)	449
<i>Nuno Gonçalo Monteiro</i>	
Capítulo 26 A polémica em torno da independência no Brasil	469
<i>Maria Beatriz Nizza da Silva</i>	

Capítulo 27 Oliveira Martins e Joaquín Costa: duas vidas quase paralelas	481
<i>Eloy Fernández Clemente</i>	

Capítulo 28 Memórias de um jornalista – o «Tanas» de <i>O Português</i>	501
<i>Benedicta Maria Duque Vieira</i>	

Capítulo 29 A organização do registo civil em Portugal: para uma história social das práticas administrativas	513
<i>Frédéric Vidal</i>	

Capítulo 30 As Missões Militares de Propaganda Republicana no continente português (1911)	527
<i>David Luna de Carvalho</i>	

Capítulo 31 Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Estado Novo	547
<i>António Costa Pinto</i>	

Capítulo 32 O «crepúsculo da era Salazar»: os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano	563
<i>Luis Nuno Rodrigues</i>	

Parte V Conceitos, arquivos, historiografia

Capítulo 33 A história na cultura portuguesa contemporânea	583
<i>António Manuel Hespanha</i>	

Capítulo 34 O campo semântico de nação antes da Idade Contemporânea	601
<i>Carlos Manuel Maurício</i>	

Capítulo 35	
Geração de 70 e Geração de 98: «sociedade» <i>versus</i> «comunidade»	613
<i>Ana Maria Pina</i>	
Capítulo 36	
Trabalho e lazer na história da ciência económica	627
<i>José Luís Cardoso</i>	
Capítulo 37	
O retorno às origens e a relação entre as políticas e as práticas arquivísticas. Para uma releitura crítica e prospectiva	637
<i>Armando Malheiro da Silva</i>	
Capítulo 38	
Arquivos históricos empresariais: um património à deriva?	663
<i>Carlos Alberto Damas</i>	
Parte VI	
Miriam Halpern Pereira: um percurso	
Capítulo 39	
<i>Ler História. As minhas lembranças de Miriam Halpern Pereira</i> ...	681
<i>Raúl Iturra</i>	
Capítulo 40	
Miriam Halpern Pereira: um percurso	685
<i>Magda de Avelar Pinheiro</i>	

Índice de quadros, figuras, fotos e mapas

Quadros

5.1	Mapa dos vinhos comprados e armazenados pela Companhia com destino ao Brasil e sua exportação (1756-1825)	108
5.2	Direitos e contribuições pagos por pipa de vinho de embarque desde o Douro até aos armazéns do Rio de Janeiro (1820)	109
5.3	Demonstração anual dos lucros e perdas da Companhia com o comércio do Brasil, em réis (1756-1825)	111
7.1	Gados do continente português	151
7.2	Cabeças naturais de bovinos e transporte consideradas	151
12.1	Preços de refeições em Lisboa, 1810-1831 (alguns exemplos)	245
12.2	Comida e bebida em tabernas, casas de pasto e armazéns de vinho ...	246
13.1	Oferta de gado (rácio gado/população)	252
13.2	Importação e exportação de gado bovino (número de cabeças)	253
13.3	Quantidade de carne limpa <i>per capita</i> – matadouro de Lisboa	254
14.1	O nível de vida em Lisboa, 1890-1910: medições	272
14.2	Causas da redução no consumo da carne (pontos percentuais de redução)	276
19.1	Distribuição da população activa por sectores económicos nos distritos de Évora e de Setúbal (1890-1930)	354
19.2	Casamentos em Évora e em Setúbal: recortes cronológicos, total de registos e amostra (dados disponíveis)	356
19.3	Evolução da estrutura ocupacional (1911-1957).	358
19.4	Taxas de mobilidade intergeracional total: Évora e Setúbal (1911-1955) ..	360
19.5	Percentagens de influxo por classe (em percentagem dos recém-chegados ao grupo)	361
19.6	Percentagens de saída (<i>outflow</i>) por classe (percentagem de filhos que «escaparam» à ocupação dos pais)	362
19.7	Probabilidade de o pai ter um filho no seu grupo ocupacional (indicador: <i>odds geomeans</i>): Évora e Setúbal, 1911-1957: alguns exemplos ..	363
19.8	Probabilidade de um filho se manter na classe do pai	363
20.1	Taxas de migração intradiocesana e extradiocesana (em % do total de casamentos, 1862)	382

Capítulo 18

O associativismo das mulheres

Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918)

Introdução

O Conseil National des Femmes Françaises (CNFF) e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) são duas federações feministas fundadas respectivamente em Paris (1901) e em Lisboa (1914). Foi a partir do modelo do CNFF que se criou o CNMP: a proposta veio da francesa Adrienne Avril de Sainte-Croix, secretária-geral do CNFF que estava em contacto com as portuguesas Adelaide Cabete e Maria Clara Correia Alves, e concretizou-se na quinquagésima assembleia do International Council of Women (ICW) em Roma, em 1914. Este último congresso antes da guerra viu a filiação de Portugal aceite.¹ Três meses depois desencadeou-se a I Guerra Mundial. No estudo destes conselhos, é importante analisar os laços de amizade entre várias mulheres para explicar a formação de redes que inauguram a constituição dos conselhos. O que os conselhos tinham em comum era a vontade de federar a maioria dos grupos de mulheres existentes em cada país.

Estes conselhos surgiram sob o impulso das feministas americanas e mais especificamente filiaram-se desde as suas criações no ICW, nascido em Washington, em 1888. Na véspera da I Guerra Mundial, o ICW tinha membros nos cinco continentes. A história do ICW já encontrou as suas historiadoras,² que mostraram a importância da influência americana nos movimentos europeus, mas a história comparada dos conselhos nacionais fundados em

¹ Countess of Aberdeen, ed., *Conseil international des femmes. Rapport de l'Assemblée quinquennale. Rome, 1914* (G. Braunsche Hofbuchdruckerei und Verlag), 181.

² Leila J. Rupp, *Worlds of women. The making of an International Women's movement* (Princeton: Princeton University Press, 1997). ICW, *Women in a changing world. The dynamic story of the International Council of Women since 1888* (London: Routledge, 1966). Eliane Gubin e Leen Van Molle, dir., *Des femmes qui changent le monde. Histoire du Conseil International des femmes* (Bruxelas: Éditions Racine, 2005).

França e em Portugal está ainda por escrever. Trata-se de estudar não apenas as relações bilaterais a que presidiram à sua génese mas também a influência norte-americana desde os seus começos. Quer o CNFF quer o CNMP foram as organizações feministas mais duradouras dos seus países.

Procurando ser uma contribuição para a história do associativismo feminista e para a história das mulheres do século XX, este artigo integra-se numa pesquisa comparativa em curso, mais alargada.³ As associações de mulheres são um meio privilegiado de estudo para tornar as mulheres visíveis durante este período em que estão fora do sufrágio. A iniciação das mulheres na vida associativa inscreve-se na história das aprendizagens da democracia.

No plano cronológico, a maior parte dos movimentos de mulheres ganham forma no fim do século XIX e atingem o seu apogeu em vésperas da I Guerra Mundial, período que é considerado como sendo a *Belle Époque* dos feminismos. Com a I Guerra Mundial produz-se uma ruptura, durante a qual a prioridade é dada à União Sagrada, o patriotismo e o nacionalismo são exacerbados e, num tal contexto, a maioria das feministas pede às mulheres que sirvam os seus países.

A influência norte-americana na fundação dos conselhos

A ideia de criar uma organização internacional de mulheres emerge durante a First Women's Rights Convention que teve lugar em Seneca Falls, NY, em Julho de 1848, cujo objectivo foi «to discuss the social, civil, and religious condition and rights of women».⁴ O programa era vasto, e durante os quarenta anos que medeiaram entre a fundação do ICW e essa primeira reunião, os movimentos de mulheres surgiram em vários países.⁵ A americana Elizabeth Cady Stanton, que participou na convenção de Seneca Falls e era presidente da National Women's Suffrage Association of the USA, viajou pela Europa a fim de estabelecer contactos com os vários movimentos de mulheres.⁶ Uma outra

³ Trata-se de um projecto de investigação intitulado «Mulheres e associativismo na primeira metade do século XX: França, Itália e Portugal» que está a ser desenvolvido no ICS. Agradeço ao ICS o apoio financeiro que permitiu a tradução por José Castilho de algumas partes deste artigo, bem como as excelentes condições de trabalho que me foram proporcionadas.

⁴ Miriam Gurko, *The Ladies of Seneca Falls. The Birth of the Woman's Rights Movement* (Nova Iorque: Schocken Books, 1974).

⁵ Gisela Bock, *Le Donne nella storia europea* (Roma: Laterza, 2001); Karen Offen, *European Feminisms, 1700-1950. A Political History* (Stanford: Stanford University Press, 2000); Leila J. Rupp, *Worlds of women...*; Mary Nash, *As Mulheres no Mundo. História, Desafios e Movimentos* (V. N. de Gaia: Editora Ausência, 2005).

⁶ Elisabeth Griffith, *In her own right. The life of Elizabeth Cady Stanton* (Oxford: Oxford University Press, 1984).

reunião importante foi organizada na Inglaterra (em Liverpool), em 1887, onde se discutiu a ideia de criar não só um International Women's Suffrage Movement, mas uma organização mais abrangente. Essa proposta vem nomeadamente da americana Susan Brownell Anthony, conhecida pelo seu militantismo nos movimentos antiesclavagistas.⁷ A ligação entre os movimentos americanos de mulheres e os movimentos antiesclavagista, antialcoólico e abolicionista esteve presente desde a fundação dessas associações internacionais. Graças à National Women's Suffrage Association of the USA e para comemorar os 40 anos de Seneca Falls foi criado em Março de 1888, em Washington, sob a presidência de Susan B. Anthony, o ICW. Levou muitos anos até que a ideia do ICW penetrasse e se difundisse noutros países. De facto, passaram 26 anos para Portugal e 13 anos para a França até à constituição dos seus próprios conselhos de mulheres.

Segundo os estatutos, os objectivos gerais do ICW eram: «estabelecer uma comunicação constante entre as associações de mulheres de todos os países e proporcionar-lhes ocasiões para se encontrarem e para deliberarem sobre as questões relativas ao bem público e à segurança da família».⁸ Defender os direitos das mulheres em nome dos seus deveres era um *leitmotiv*. O preceito divino foi escolhido como divisa ou lema: «Age com o teu próximo como de-sejarias que agissem contigo.»

A primeira etapa para a filiação no ICW era a fundação em cada país de um órgão chamado Conselho Nacional de mulheres, politicamente neutro segundo os estatutos, que poderia reagrupar uma confederação nacional de diversas associações de mulheres existentes nos respectivos países, encorajando-as a reunirem-se em assembleias-gerais para tratar de assuntos de interesse comum. A seguir à constituição de um conselho, este último, conservando a sua autonomia e o seu método de acção, podia filiar-se no ICW pagando uma quotização. Dito de outra maneira, não existia filiação individual. Filiação no ICW significava para os seus membros pertencer a um movimento que ultrapassava as fronteiras de cada país. Depois da formação do ICW, a França, não tendo conselho nacional, apenas estava representada por uma delegada oficial, Isabelle Bogelot, a quem o secretariado do ICW nomeou tesoureira e em seguida vice-presidente honorária. Portugal, até à sua filiação no ICW, não tinha nenhuma representante.

Em termos de organização, ficaram agendadas reuniões quinquenais do ICW. Numa reunião em 1893, sob a presidência da americana May Wright Sewall (presidente do ICW de 1899 até 1904), foi decidida a eleição de uma

⁷ Kathleen Barry, *Susan B. Anthony. A Biography of a Singular Feminist* (Nova Iorque: Ballantine Books, 1988).

⁸ «Notice sur le Conseil International des femmes fondé à Washington (États-Unis d'Amérique) le 31 mai 1888», *L'Action Féminine. Bulletin Officiel du Conseil national des femmes françaises*, n.º 6, (1 de Dezembro de 1909): 90.

presidente do Reino Unido, visto que a próxima reunião deveria ter lugar na Inglaterra: a condessa Lady Aberdeen foi a escolhida. Convém notar que as origens sociais das dirigentes dos diferentes conselhos de mulheres remetem para a alta burguesia e a aristocracia. A eleição de Lady Aberdeen, que salvo duas interrupções irá ser presidente do ICW durante mais de 35 anos, mostrava uma certa vontade de independência em relação às norte-americanas. As relações entre os movimentos europeus de mulheres e os americanos são complexas: simplificando, é uma relação de admiração e de rejeição. Admiração, porque esses movimentos tiveram um papel pioneiro, e rejeição no sentido em que muitas mulheres europeias tinham receio das estratégias radicais das americanas.

No seio do ICW existiam comissões permanentes: as comissões de «paz e arbitragem», «situação legal da mulher e imprensa» foram as primeiras a serem formadas, outras foram sendo organizadas e tiveram por objectivo a obtenção do voto e os direitos civis das mulheres, depois a igualdade da moral para ambos os sexos e a luta contra o tráfico de mulheres, higiene e saúde pública, protecção à infância, educação, migração, trabalho feminino, literatura, belas-artes e artes em geral, cinema, radiodifusão, habitação, economia doméstica.

O crescimento do ICW foi significativo. No fim do século XIX, existiam vários conselhos filiados: Canadá; Alemanha; Inglaterra; Suécia; Holanda e Dinamarca. Note-se que os primeiros a filiarem-se foram os países do Norte. Na Europa do Sul, à excepção da Espanha, todos os países tinham um conselho no início do século XX, o que mostra a grande capacidade de mobilização do ICW.⁹ Nas reuniões quinquenais que tiveram lugar em cidades e países diferentes existiam: em 1904, em Berlim, 16 conselhos; em 1909, em Toronto, 19 conselhos; em 1914, em Roma, 23 conselhos. Estes conselhos reivindicavam-se de feministas, o que nos leva a tentar delinear os contornos dessa noção. Como perceber a diversidade dos feminismos e caracterizar as suas componentes? O emprego da expressão «o feminismo» concentra um mosaico de situações diferentes, muito afastadas de um conjunto homogéneo, e a aparente comunhão de ideologias, sob a bandeira do feminismo, esconde a variedade de feminismos.

Surgiram aliás divergências de estratégia entre as feministas que davam muito importância ao voto e outras que privilegiavam as reivindicações dos direitos civis e económicos. Essas divisões são artificiais, visto que as reivindicações de direitos políticos, civis e económicos se misturam, mas existem diferenças de estratégia entre as feministas que davam mais importância à igualdade e à obtenção do voto, e as feministas reformistas que preferiam a tática

⁹ Gisela Bock e Anne Cova, orgs., *Writing Women's History in Southern Europe, 19th-20th Centuries. Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e siècles* (Oeiras: Celta, 2003).

dos pequenos avanços.¹⁰ A ruptura concretiza-se em 1904, num congresso do ICW, em Berlim, 16 anos depois da sua fundação. Nesse congresso é fundada a International Woman Suffrage Alliance (IWSA), sob a presidência da feminista americana Carrie Chapman Catt, que se vai desenvolver separada do ICW.¹¹ Os países membros fundadores da IWSA além dos EUA foram os seguintes: Alemanha, Austrália, Dinamarca, Holanda, Inglaterra, Noruega e Suécia. Como o seu nome indica, esta associação destinava-se à obtenção do direito de voto para as mulheres.

Nessa altura, em muitos países, e mesmo nos EUA, as mulheres não podiam votar nem ser elegíveis. O estado do Wyoming tinha dado o direito de voto às mulheres cedo, em 1869, o que era uma excepção, e foi apenas em 1920 que todos os estados da América concederam o voto às mulheres.¹²

A IWSA tomou-se muito activa, conseguindo obter a adesão das associações sufragistas de vários países, mas permaneceu como um movimento minoritário e não conseguiu reagrupar tantos membros como o ICW, porque este último era mais moderado, o que nos leva a empregar a expressão de «feminismo reformista» para o caracterizar.

Um feminismo reformista, 1901-1914

Fundado em Paris, a 18 de Abril de 1901, alguns meses antes da promulgação da lei sobre as associações, de 1 de Julho de 1901, o objectivo do CNFF é ambicioso: o de federar as associações femininas e feministas francesas.¹³ Trata-se de um vasto programa no seio do qual são reclamados direitos para as mulheres, particularmente no que respeita ao cumprimento dos seus deveres. Através de várias secções (assistência e higiene; educação; legislação; trabalho; sufrágio; secção contra o tráfico de mulheres e para a unidade da moral; ciências, artes e letras), o CNFF adopta uma estratégia moderada que lhe permite ganhar diversos apoios, em particular entre os homens políticos. Seguro do apoio destes últimos, procura influenciar a legislação. Aliás, a estratégia adoptada por estes conselhos era a de associar à sua acção, de um modo estreito, parlamentares, independentemente dos seus partidos políticos, para con-

¹⁰ Anne Cova, «Génese do Estado-Providência em França. A protecção da maternidade e os movimentos de mulheres (1892-1939)», *Ler História*, n.º 37 (1999): 79-91.

¹¹ Jacqueline van Voris, *Carrie Chapman Catt. A Public Life* (Nova Iorque: The Feminist Press, 1987).

¹² Marjorie Spruill Wheeler, ed., *One Woman, One Vote. Rediscovering the Woman Suffrage Movement* (Troutdale: NewSage Press, 2.^a ed. (1996).

¹³ Anne Cova, «Femmes et associations: Le Conseil national des femmes françaises sous la III^e République», in Marcel Bernos et Michèle Bitton (études réunies par), *Femmes, Familles, Filiations. Société et Histoire* (Aix-en-Provence: Presses de l'Université de Provence, 2004), 75-88.

cretizar as suas reivindicações. Desejavam apresentar o movimento feminista como respeitável e fazendo prova de um feminismo moderado. Utilizando todos os meios de propaganda à sua disposição (congressos, conferências, imprensa, panfletos, brochuras, petições, etc.), o CNFF apresenta um crescimento importante e atinge em 1910 perto de 75 000 membros, também graças ao dinamismo das suas secções da província.

A importância do CNFF na história do feminismo francês é fundamental, o que foi sublinhado em vários trabalhos universitários.¹⁴ Uma linha de investigação particularmente frutuosa, salientada por Yvonne Knibiehler, é a da sua influência política.¹⁵ Com efeito, os laços entrecidos entre o CNFF e o mundo político mostram o seu pragmatismo.

Durante o período da III República, podem distinguir-se várias fases marcantes no que respeita ao CNFF: desde a sua fundação até ao desencadear da I Guerra Mundial, o Conselho tem um vasto leque de reivindicações. Entretanto, estas diminuíram de intensidade durante a guerra, período em que a palavra de ordem passou a ser servir a União Sagrada, incidindo a tónica nos deveres das mulheres. Durante os quatro anos de guerra, as relações entre os conselhos vão manter-se, mas com um ritmo muito reduzido.

No princípio do século XX, em 1900, realizaram-se em Paris três congressos internacionais de mulheres, por ocasião da exposição universal. Dois destes congressos são feministas: o congresso de «Obras e instituições femininas» e o da «Condição e direitos das mulheres». Estes congressos exprimem claramente a aspiração de criar o CNFF. A precedente exposição universal de 1889 tinha, também ela, dado lugar a dois congressos feministas, mas o que é novidade, em 1900, é o reconhecimento oficial que estes dois congressos obtiveram. O congresso católico das organizações de mulheres, esse, não conseguiu tal privilégio. Na altura destes congressos, a presidente do ICW, a americana May Wright Sewall, desloca-se a Paris para pedir às francesas a fundação de um conselho nacional e dirige-se então aos três congressos femininos acima mencionados, dos quais dois respondem ao seu apelo. Inicialmente, três delegadas de cada um dos congressos de 1900 deviam ser nomeadas para a comissão or-

ganizadora encarregada de fundar o CNFF. Para o congresso das «Obras e instituições femininas» foram escolhidas Adrienne Avril de Sainte-Croix, Sarah Monod e Julie Siegfried, e para o da «Condição e direitos das mulheres», Marie Bonneval, Maria Pognon e Mme Wiggishoff. Mas nenhuma representante do congresso católico das obras das mulheres fazia parte da comissão organizadora que se constituiu sob a direcção de Isabelle Bogelot. Este episódio é revelador das divergências que existem entre as feministas e as mulheres católicas. Por outro lado, podemos também interrogar-nos, neste início do século XX, sobre as hipóteses de êxito de uma tal aliança entre as mulheres católicas e os grupos feministas. O caso Dreyfus já tinha provocado rupturas. No seio de cada grupo de mulheres existem tensões, e entre as diversas associações as oposições são por vezes insuperáveis. Levantam-se obstáculos como a questão do divórcio, conseguido em 1884, satisfazendo as feministas, enquanto as mulheres católicas proclamam a indissolubilidade do casamento. Além disso, o ICW é uma organização internacional e a oposição das mulheres católicas a todo o «cosmopolitismo» é grande. O ICW é também maioritariamente protestante e à cabeça do CNFF estão três protestantes: Isabelle Bogelot é presidente de honra; Sarah Monod é presidente; Julie Siegfried é vice-presidente, o que não agrada muito às mulheres católicas, que o designam como «grande máquina protestante».¹⁶ Um anti-semitismo mais ou menos virulento da parte de alguns grupos de mulheres católicas impedirá uma eventual aliança com as mulheres judias, cujo número é importante no seio da direcção do CNFF. A reivindicação fundamental da igualdade entre as mulheres e os homens, essencial para as feministas, difere da posição das mulheres católicas, que a substituem frequentemente pela noção da complementaridade dos sexos. Para estas últimas, o marido é o chefe incontestado da família, a célula-base. Com a criação do CNFF, a ruptura entre o movimento feminista e as mulheres católicas parece consumada.

A 18 de Abril de 1901, a comissão organizadora reúne-se numa assembleia constitutiva e o CNFF é fundado em Paris, conseguindo federar a maioria dos grupos feministas franceses e das organizações femininas, mais de três dezenas, e totalizando, desde a sua criação, 28 000 membros. Cada grupo conserva a sua autonomia e o seu método de acção.

Desde a sua criação, o CNFF bem como o CNMP filiam-se no ICW. O último congresso do ICW, antes da guerra, vai ter lugar em Roma, em Maio de 1914, sob a presidência da condessa Gabriella Spoletti Rasponi, e nesse congresso, como já foi referido, a filiação de Portugal é aceite. A importância do papel desempenhado por Adrienne Avril de Sainte-Croix na fundação do CNMP é referida várias vezes pelo Conselho português, sendo Adrienne Avril

¹⁴ Christine Bard, *Les Filles de Marianne, Histoire des féminismes 1914-1940* (Paris: Fayard, 1995); Anne Cova, *Maternité et droits des femmes en France (XIX-XX^e Siècles)* (Paris: Anthropos-Economica, 1997); Christine Fauré, dir., *Encyclopédie politique et historique des femmes* (Paris: PUF, 1997); Eliane Gubin et al., dir., *Le Siècle des Féminismes* (Paris: Les Éditions de l'Atelier, 2004); Steven C. Hause e Anne R. Kenney, *Women's Suffrage and Social Politics in the French Third Republic* (Princeton: Princeton University Press, 1984); Laurence Klejman e Florence Rochefort, *L'Égalité en marche. Le féminisme sous la Troisième République* (Paris: Presses de la FNSP, 1989); Karen Offen, *European Feminism...*; Michelle Perrot, Georges Duby, dir., *Histoire des femmes en Occident*, vol. 5: *Le XX^e Siècle*, sous la direction de Françoise Thébaud (Paris: Perrin, 2002); Michèle Riot-Sarcey, *Histoire du féminisme* (Paris: La Découverte, 2002).

¹⁵ Yvonne Knibiehler, *La Révolution maternelle depuis 1945. Femmes, maternité, citoyenneté* (Paris: Perrin, 1997), 34.

¹⁶ Arquivos privados de Mariel Brunhes-Delamarre, carta de Adèle Moreau de 20 de Agosto de 1900 a Henriette Brunhes.

de Sainte-Croix aprovada como sócia honorária numa assembleia-geral em 1920 por ela ter auxiliado eficazmente «a organização do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, facilitando-nos todos os trabalhos para o nosso ingresso na grande associação internacional». ¹⁷ Adrienne Avril de Sainte-Croix é considerada como um «belo exemplo a seguir» e como sendo a «Madrinha do CNMP e [que] por ele se interessa vivamente». ¹⁸ Logo no primeiro número do boletim do CNMP vem mencionada a correspondência trocada entre a secretária-geral do CNFF e a secretária-geral do CNMP sublinhando «as dificuldades que houve a vencer, não só para – a exemplo do que se encontra estabelecido em quase todos os países cultos – fundar, em Lisboa, um Conselho Nacional de Mulheres, mas, ainda, conseguir que este se constitua em secção do International Council of Women». ¹⁹

O CNMP é fundado sob o impulso da República liberal por Adelaide Cabete, ginecologista e militante dos direitos das mulheres. ²⁰ Adelaide Cabete tinha já participado, em 1909, com Ana de Castro Osório e Fausta Pinto de Gama, na criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, movimento ligado ao Partido Republicano, que apoiou a queda da monarquia constitucional. ²¹ Uma outra figura destacada do CNMP é Maria Clara Correia Alves, que acumulava as funções de secretária-geral do CNMP e a de directora do boletim do conselho.

As mulheres dirigentes do CNMP eram activas dentro do movimento republicano. Muitas eram professoras e as dirigentes eram maçónicas. A maioria das dirigentes dos vários conselhos provinha de uma elite de mulheres, as quais pertenciam à média e alta burguesia das cidades. De notar o papel fundamental de algumas dirigentes. O CNMP tinha centenas de activistas, sobretudo na sua última fase, nos anos 40 do século XX. Cada grupo conservava a sua autonomia e o seu método de acção, o que era uma característica dos conselhos em geral, e praticava uma estratégia de pequenos avanços, procurando apoios nos meios políticos. Tal como o seu homólogo francês, os es-

tatutos do CNMP (que foram aprovados em Abril de 1914) definiam-no como «uma instituição feminina, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica, política ou religiosa». ²² Os objectivos do CNMP era o de federar as associações de mulheres e não apenas feministas «que se ocupam da mulher e da criança» e de «coordenar, dirigir e estimular todos os esforços tendentes à dignificação e à emancipação das mulheres». ²³ Era também seu objectivo «defender tudo o que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais da mulher, especialmente da proletária» e a remuneração equitativa do trabalho. ²⁴ Seguindo o modelo do ICW os dois conselhos tinham comissões permanentes.

Da mesma maneira, o objectivo do CNFF era «a melhoria da condição da mulher do ponto de vista educativo, económico, social, filantrópico ou político» e definia como seu propósito reunir todos os grupos que «se ocupam da condição da mulher e da criança», a fim de suscitar um «laço de solidariedade» entre as diversas associações. ²⁵ As sociedades filantrópicas eram igualmente bem-vindas ao seio do Conselho. ²⁶

Ambos os conselhos queriam mostrar que o feminismo é respeitável e que «o feminismo não pretende a masculinização da mulher», mas a «dignificação feminina». ²⁷ A maioria das feministas da primeira vaga, em vários países, pretendia transmitir a imagem de um feminismo respeitável. Essa vontade de oferecer uma imagem tranquilizadora dos seus membros é visível, por exemplo, nos títulos dos jornais feministas: o boletim oficial do CNMP passa a intitular-se, em 1917, *Alma Feminina*. Também o CNFF pretende fazer prova da respeitabilidade e da moderação do feminismo, como o testemunha o título do seu boletim oficial *L'Action Féminine*. Nestes dois casos nota-se a utilização da palavra «feminina» e não «feminista». Aliás, poucos jornais desta época ousam empregar as palavras «feminismo» ou «feminista» nos seus títulos. O que leva a interrogarmo-nos sobre a dificuldade para as mulheres de empregarem a palavra «feminismo», por ser mal conotada e, segundo a sua opinião, as desacreditar. É difícil resumir as reivindicações do CNFF, que assemelham sobre um conjunto considerável de temas que evoluem ou permanecem constantes ao longo dos anos. Assim, entre os que permanecem,

¹⁷ «Assembleia Geral», *Alma Feminina*, n.ºs 3 e 4 (Março e Abril de 1921): 17.

¹⁸ Sarah Beirão, «Mme Avril de Sainte-Croix», *Alma Feminina*, n.ºs 7-10 (Julho-Outubro de 1935): 1 e 3.

¹⁹ «Assembleia ordinária», *Alma Feminina*, n.º 1 (Novembro de 1914): 3.

²⁰ Anne Cova e António Costa Pinto, «Women and Salazarism», in Christine Fauré, ed., *Political and Historical Encyclopedia of women* (Nova Iorque: Routledge, 2003), 397-405.

²¹ João Gomes Esteves, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)* (Lisboa: CIDM, 1992). Ver também Maria de Fátima da Silva Mariano, *Génesis e Desenvolvimento do Movimento Feminista Português (1890-1930)* (Lisboa: dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Universidade Nova de Lisboa, 2004). Mais especificamente sobre Ana de Castro Osório, ver Dulce Maria Baptista Moacho, *Ana de Castro Osório e as Origens do Feminismo em Portugal* (Lisboa: dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, ICSTE, 2003); Karine Coelho, *Ana de Castro Osório et le mouvement féministe portugais*, DEA d'études portugaises brésiliennes et de l'Afrique lusophone (Paris: 2000).

²² Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, *Mulheres para além do Seu Tempo* (Lisboa: Bertrand, 1995), 38; Vanda Gorjão, *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Lisboa: CIDM, 1994).

²³ Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, *Programa Geral* (Lisboa), s. d.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ «Le Conseil national des femmes françaises», *Le Journal des femmes*, n.º 110 (Maio de 1901); Maria Martin, «Le 18 avril 1901», *Le Journal des femmes*, n.º 110 (Maio de 1901); «Les Réunions aujourd'hui. Le CNFF», *Le Temps* (18 de Maio de 1903).

²⁶ Jeanne Deflou, «Conseil national et international», *Le Journal des femmes*, n.º 104 (Maio de 1900).

²⁷ *Ibidem*.

figuram, sem qualquer preocupação de ordem, o combate contra a prostituição, a pornografia e o «despovoamento», considerados como autênticos «flagelos sociais». A questão da moral é igualmente fundamental para o CNFF, a tal ponto que lhe é consagrada parte de uma secção: a secção contra o tráfico de mulheres e para a unidade da moral.

Uma análise rápida do trabalho realizado pelas diferentes secções evidencia que as de Assistência (dirigida por Eugénie Weill) e de Higiene (sob a direcção de Gabrielle Alphen-Salvador) se concentram na luta contra a tuberculose e o alcoolismo, sendo este último considerado como um «perigo nacional»; sobre a questão das creches; sobre a melhoria do alojamento operário. A secção de Educação, presidida desde a sua fundação até 1904 por Gabrielle Alphen-Salvador, e em seguida por Pauline Kergomard, inspectora-geral das escolas maternas, preocupa-se com problemas tão diversos como: as equivalências dos diplomas femininos; a igualdade de salários femininos e masculinos em todos os graus de ensino; a questão da inspecção feminina; a organização de *patronages* para as raparigas; a preparação de raparigas para o *baccalauréat*. Preconiza, ainda, que a educação sexual figure no programa de todas as escolas. A secção de Legislação, presidida por Marie d'Abbadie d'Artrast, reclama a contabilização do trabalho doméstico da mulher casada; dedica-se a fazer votar diversas propostas de leis, não deixando de se preocupar com a sua correcta aplicação, tais como aquela que interdita o trabalho nocturno às mulheres e às crianças ou a que autoriza a investigação de paternidade (1912). A obtenção do voto para as mulheres é o grande objectivo da secção do Sufrágio, presidida por Marie-Georges Martin, e, a partir de 1912, por Marie Bonneval. É reclamada então a participação e a elegibilidade das mulheres nas eleições municipais antes da reivindicação do sufrágio universal. Isto ilustra perfeitamente a estratégia de pequenos passos do CNFF, ou seja, a de um «feminismo sábio e ponderado», que evidencia o seu pragmatismo. A ideia subjacente é que «ao limitar assim as nossas reivindicações, nós podemos transpor com mais segurança este primeiro passo na arena política e dar aos espíritos timoratos uma garantia de sabedoria e de ponderação». ²⁸ A secção do Trabalho, presidida por Marie Pégard e Mme Vincent, reclama uma aplicação da lei sobre a livre disposição dos seus salários às mulheres casadas (1907); consegue o voto de elegibilidade das mulheres para os tribunais de trabalho (1909); reivindica modificações no regime de inspecção feminina do trabalho (1910). Nesta secção, as vice-presidentes, Marie-Louise Compain e Cécile Brunschvicg, são muito activas e exigem a limitação da duração do trabalho diário das trabalhadoras; o descanso obrigatório das parturientes durante um mínimo de quatro semanas e um subsídio de maternidade para todas as mu-

²⁸ «Le Suffrage des femmes», *L'Action Féminine. Bulletin Officiel du Conseil national des femmes françaises*, n.º 3 (1 de Junho de 1909): 47.

lheres, seja por uma lei de seguro, ou por uma lei de assistência social. Logo que é votada, em 1913, a Lei Strauss sobre a protecção da maternidade, a secção felicita-se, apesar de se interrogar sobre a sua aplicação e sublinhando os seus limites, por não se tratar de uma lei de seguro.

Com o desencadear da I Guerra Mundial em Agosto de 1914, as feministas francesas decidem adiar as suas reivindicações durante o conflito para se dedicarem a servir o país e juntam-se à União Sagrada.

Servir a União Sagrada durante a I Guerra Mundial

Durante a I Guerra Mundial, as feministas participam activamente na União Sagrada e decidem, na sua maioria, dar prioridade ao esforço de guerra. Muitas mulheres deixam o lar para substituírem os homens nas fábricas, e depressa se instala a crença de que esta mudança é acompanhada de um enfraquecimento dos valores morais. As feministas do CNFF irão recusar participar em 1915 no congresso pacifista de Haia: «Como é que nos seria possível, na hora actual, encontrar-nos com as mulheres de países inimigos, para retomar com elas o trabalho tão tragicamente interrompido? Terão elas condenado os crimes políticos e de direito comum dos seus governos? Terão elas protestado contra a violação da neutralidade da Bélgica? Contra os atentados aos direitos das pessoas? Contra os crimes do seu exército e da sua armada?» ²⁹

O CNFF ordena rapidamente às francesas o cumprimento dos seus deveres contribuindo para o esforço de guerra. A sua presidente, Julie Siegfried, emite um comunicado neste sentido, a 25 de Agosto de 1914. Em Dezembro de 1914, o CNFF organiza, sob a direcção de Marguerite Pichon-Landry, o gabinete de informações das famílias dispersas e, no início de 1915, o gabinete de actividade feminina, subvencionado pelos Ministérios da Guerra e do Armamento. São igualmente criadas creches, especialmente nas fábricas de guerra. Durante a guerra, as secções de Assistência e de Higiene dedicam-se a fundar lares para os soldados, enquanto a de Educação se ocupa dos *patronages*.

Nos primeiros meses da guerra, a secção de Legislação encontra-se quase inactiva na sequência da interrupção dos trabalhos legislativos. No entanto, ocupa-se do direito das mulheres a serem tutoras e membros dos conselhos de família e ainda das pensões a conceder às viúvas e aos órfãos de guerra. A secção de Trabalho está particularmente activa durante a guerra e verifica o crescimento e a generalização da exploração das mulheres em resultado do conflito. Abre um inquérito com a finalidade de avaliar para que profissões in-

²⁹ Arquivos privados do CNFF, «Le Congrès pacifiste de la Haye», *L'Action Féminine. Bulletin Officiel du Conseil National des femmes françaises*, n.º 38 (Maio de 1915): 17-18.

teressava orientar as mulheres. A secção congratula-se com a aprovação da lei de 10 de Julho de 1915 sobre o trabalho no domicílio, que permite combater «o odioso *sweating system*».

O ano de 1916 assiste à criação, no Museu Social, «antecâmara da Câmara»³⁰ e lugar quase exclusivamente masculino, de uma Secção de Estudos Femininos (SEF). São duas mulheres do CNFF, Julie Siegfried e Adrienne Avril de Sainte-Croix, que presidem à composição da SEF. Este grupo manter-se-á inalterado durante vinte anos. A SEF é composta por oitenta mulheres, e a sua ligação ao CNFF é grande, dado que a maioria dos membros da primeira o são também do segundo. Coabitam igualmente na SEF mulheres católicas e mulheres feministas, o que constitui uma novidade, depois da ruptura ocorrida aquando do caso Dreyfus. A SEF está dividida em duas secções: uma designada por «Assistência e previdência» e uma outra chamada «Trabalho», evidenciando assim as suas prioridades. Desde a sua criação, a SEF não deixa de se unir à União Sagrada.

É no seio da SEF que Albert Thomas, ministro socialista do Armamento, escolhe dez mulheres num total de quarenta e cinco membros, para formar um comité do trabalho feminino na Subsecretaria de Estado da Artilharia e das Munições. O CNFF congratula-se com a criação deste comité cuja finalidade é a de gerir a mão-de-obra feminina nas fábricas de guerra, e que está na origem da criação da Escola Técnica dos superintendentes de fábricas. Em Agosto de 1916, uma delegação de operárias inglesas visita, em França, fábricas onde existe mão-de-obra feminina. Três meses mais tarde, é a vez de uma delegação francesa do comité do trabalho feminino se deslocar a Inglaterra, a fim de estudar o papel da *lady superintendent*, também chamada *lady welfare supervisor*. No seu regresso, esta delegação dá conta das suas observações especialmente ao CNFF, e publica um relatório, em 1917. O comité do trabalho feminino emite um voto a favor da fundação de um equivalente francês na indústria, a fim de «assegurar às mulheres que trabalham nas fábricas os benefícios de higiene muito especial que o seu sexo exige».³¹ O CNFF assume uma campanha para a criação de superintendentes em França.³² As sucessivas diligências culminam, a 1 de Maio de 1917, com a criação da Escola Técnica das superintendentes de fábricas, em Paris – sob o patrocínio dos ministros Albert Thomas e Léon Bourgeois –, por cinco mulheres, tendo todas elas no

seu activo um rico passado na acção social. As fundadoras são: a feminista presidente da secção do Trabalho do CNFF, Cécile Brunschvicg; Nicole de Montmort e Marie Diémer, criadoras da Associação das enfermeiras visitadoras, cujo objectivo é lutar contra a tuberculose nos próprios domicílios familiares; Mme Viollet, presidente fundadora da Associação de auxílio às mães de família; e Marie Routier, directora da Assistência para o trabalho. Cécile Brunschvicg tem um papel determinante na fundação desta Escola, porque é ela que, graças à sua perseverança, consegue estabelecer numerosos contactos com diversas personalidades. A Escola ocupa-se da gestão dos serviços sociais, dentro e fora da empresa, destinados às operárias. As superintendentes constituem, segundo a expressão de Cécile Brunschvicg, «um verdadeiro traço de união entre a sociedade e as famílias operárias» e considera que é um dever das feministas fazer «propaganda junto das operárias, mas sobretudo formar dirigentes operárias».³³ A idade mínima requerida para ser admitida na Escola é de 24 anos, sendo necessário possuir um diploma de enfermeira. A duração dos estudos é de um ano e termina com um estágio de um mês, numa fábrica. Durante a guerra, são formados três grupos de superintendentes, o que representa cerca de cinco dezenas de mulheres.³⁴

Uma ideia que domina o CNFF, durante toda a guerra, é que as mulheres «adquiram hábitos de iniciativa e de responsabilidade, constituindo um prejuízo não os aproveitar depois da guerra».³⁵

Quando foi fundado, em 1914, o CNMP, existiam já outros grupos feministas: o Grupo Português de Estudos Feministas fundado em 1907, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas criada em 1909 e a Associação de Propaganda Feminista criada em 1911.³⁶ Na sua composição, o CNMP tinha muitas mulheres republicanas e maçónicas, o que não significa que os movimentos feministas em Portugal tenham crescido à sombra do republicanismo e da maçonaria. Pelo contrário, a existência do CNMP mostra a sua capacidade de organização, federando muitos grupos.

Durante a I Guerra Mundial, são publicados, sob a direcção de Maria Clara Correia Alves, sete números do boletim oficial do CNMP (1915-1917) que a partir de Janeiro de 1917 é substituído pela *Alma Feminina* até ao fim do conflito.³⁷ Os artigos nesta imprensa oscilam entre o patriotismo – apelando para o dever da mobilização e do auxílio – e o pacifismo, denunciando os horrores

³⁰ *La vie ouvrière*, 5 de Fevereiro de 1914.

³¹ «Défense et protection des travailleuses et de leurs enfants. Les premières surintendantes», *La Française*, 2 de Fevereiro de 1918.

³² Yves Guyot, «Les Femmes françaises pendant la guerre», *L'Action Féminine. Bulletin Officiel du Conseil National des femmes françaises*, n.º 40 (Setembro-Outubro de 1915): 63.

³³ João Gomes Esteves, *Os Origens do Sufragismo Português. A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)* (Lisboa: Bizâncio, 1998).

³⁴ Maria Manuela Palma Raposo, *A Imprensa Feminista e Feminina durante a Grande Guerra* (Lisboa: dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, 2001).

³⁰ Françoise Blum e Janet Home, «Féminisme et Musée social: 1916-1939. La Section d'études féminines du Musée social», *Vie sociale*, n.ºs 8-9 (Agosto-Setembro de 1988): 318. Ver também Janet Home, *Le Musée Social. Aux origines de l'État providence* (Paris: Belin, 2004).

³¹ Roger-Henri Guerrand e M. A. Rupp, *Breve histoire du service social en France 1896-1976* (Toulouse: Privat, 1978), 49.

³² Anne Cova, «Cécile Brunschvicg (1877-1946) et la protection de la maternité», *Actes du 113^e Congrès National des Sociétés Savantes* (Paris: Association pour l'étude de l'histoire de la Sécurité Sociale, 1989), 75-104.

da guerra. Duas associações de auxílio aos combatentes são criadas pela Associação de Propaganda Feminista filiada no CNMP: a Comissão Feminina pela Pátria e a Cruzada das Mulheres Portuguesas. Esta última, presidida pela mulher do Presidente da República, Elzira Machado, incrementa um corpo de enfermeiras de guerra. Recorrente é a ideia de defender «os interesses morais e materiais da mulher em geral, e trabalhar tanto quanto possível pelo desenvolvimento da sua instrução e educação moral e profissional».³⁸ Aliás, depois do fim da guerra o primeiro congresso feminista do CNMP será dedicado à educação.

O estudo destas duas organizações de mulheres – o CNFF e o CNMP – tem de ser feito à luz das ligações que tiveram com o ICW norte-americano. Assim, trata-se não só de estudar as relações bilaterais mas também triangulares desses movimentos de mulheres. O olhar comparativo permite também avaliar o peso respectivo das culturas políticas nacionais e dos intercâmbios entre as feministas cuja prosopografia está por estudar. À primeira vista, as suas origens sociais mostram que elas provêm de meios burgueses ou aristocráticos e formam uma elite urbana. Uma análise mais rigorosa com recurso à prosopografia permitirá saber mais. De referir igualmente o papel fundamental das fundadoras dos diferentes conselhos, as quais frequentemente permanecem à frente da sua associação durante muitos anos. Por exemplo, o caso já citado da presidente americana do ICW, de 1899 a 1904, May Wright Sewall. Sucede-lhe uma escocesa, Lady Aberdeen, que presidirá, quase sem interrupções, aos destinos do ICW até 1936. Estas associações, que mobilizaram milhões de mulheres, e uma minoria de homens, são um actor político do século XX. De acordo com os números fornecidos pelo próprio ICW, que obviamente devem ser ponderados, este afirma representar em 1907 cinco milhões de mulheres.

A história das associações de mulheres europeias, num período crucial da história contemporânea, torna-se mais clara à luz de uma perspectiva comparativa. A historiadora americana Susan Pedersen sublinha, muito justamente, as afinidades entre a história das mulheres e o método comparativo.³⁹ Mais do que uma história institucional – ao estudar especialmente os estatutos dos conselhos, as suas diferentes secções e as eventuais mudanças de denominação e de prioridades; a composição dos órgãos de direcção, das comissões internacionais, etc. –, a tónica foi posta aqui no estudo dos laços de amizade que se forjam entre estas mulheres de diversos países, sobre a constituição de redes que mostram os contactos entre os conselhos e que preludiam a sua fundação.

³⁸ *Alma Feminina*, n.º 1 (Janeiro de 1917): 1.

³⁹ Susan Pedersen, «Comparative History and Women's History: Explaining Convergence and Divergence», in Deborah Cohen e Maura O'Connor, eds., *Comparison and History. Europe in cross-national perspective* (Nova Iorque: Routledge, 2004), 85-102.

É interessante tentar apreender o que significa o engajamento militante para estas mulheres, de modo a clarificar as relações entre o privado e o público e, no caso que nos interessa, a construção de uma identidade colectiva das mulheres. As associações permitem distinguir melhor o contributo das mulheres num contexto em que elas são excluídas da cidadania política.

Um dos interesses em estudar estes conselhos reside no facto de que estes federam outros grupos de mulheres, com as vantagens e os inconvenientes que isso implica. Por conseguinte, os conselhos estão marcados pela ideia «unir-se para se ser eficaz» e tentam agrupar o máximo de associações, feministas ou não (a porta está também aberta aos grupos filantrópicos). Isto não significa necessariamente que partilhem as mesmas ideias, mas que têm, sim, um denominador comum. Em contrapartida, a necessidade de se filiar num conselho mais estruturado, e por isso mais estável, pode prejudicar a independência de que gozam as associações de mulheres e convirá ainda saber o porquê de certos grupos recusarem aderir. A multiplicação dos conselhos e a sua filiação no ICW dão a este último uma certa força, mesmo que surjam outras organizações internacionais de mulheres, convido evocá-las, mencionando as rivalidades e/ou a cooperação eventuais como, por exemplo, entre o ICW e a IWSA.

Os conselhos praticam uma estratégia reformista e estão à procura de apoios do mundo político. Manter-se à margem do activismo político é uma atitude escolhida por uma minoria de feministas. Assim, ser-se-á levado a estudar as ligações entre o poder político e as associações de mulheres. Interessa analisar as relações entre o Estado e estas associações. Por exemplo, no caso francês, o CNFF foi criado no mesmo ano da promulgação da lei de 1 de Julho de 1901 sobre o acordo de associação, que clarifica as relações entre o Estado e o mundo associativo. O Estado torna-se agora mais intervencionista. Interessa-se pelas associações sob vários ângulos: a legislação, a fiscalização e a concessão de subsídios, o que lhe permite exercer um certo controlo. Qual é a autonomia dos conselhos estudados perante o Estado? Esta questão da autonomia coloca-se igualmente face às Igrejas na sua aspiração ao controlo do mundo associativo. Assim, longe de ter esgotado o tema, este artigo pretende mostrar a riqueza das problemáticas e abre pistas de investigação apelando para uma história comparada das associações de mulheres do século XX.